

## **Nota Pública**

O Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical) manifesta repúdio com declarações recentes do Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) segundo as quais a instituição investigaria irregularidades porque o atual governo assim o deseja, o que pode transmitir a ideia de que, em períodos anteriores, a CGU não teria realizado investigações.

Embora a CGU integre administrativamente a estrutura do governo federal, as atribuições que exerce são funções de Estado, previstas na Constituição e na legislação. Essas atividades são desempenhadas por servidores públicos de carreira, no exercício permanente de competências voltadas ao controle interno, auditoria, correição, promoção da integridade pública e privada, ouvidoria e combate à corrupção.

Ao sugerir que a atuação investigativa da CGU decorre essencialmente da vontade do governo de plantão, a declaração acaba por reduzir a atividade institucional da Controladoria a uma decisão política circunstancial, desconsiderando a existência de uma estrutura permanente de Estado construída ao longo de décadas.

É legítimo que autoridades valorizem e promovam suas gestões. Contudo, ao falar sobre e em nome da CGU, é fundamental reconhecer que a instituição vai além da comunicação institucional de governo. A atuação da Controladoria resulta do trabalho técnico e contínuo de seus servidores, orientado por normas legais e compromissos com a ética.

Nesse contexto, preocupa que, enquanto o espaço público é utilizado prioritariamente para promover narrativas de gestão, questões estruturais fundamentais para o fortalecimento institucional da CGU e de seus servidores permaneçam à margem do debate.

Entre elas está o descumprimento do Termo de Acordo nº 41/2024, firmado entre o sindicato e o governo federal, que previa medidas voltadas à valorização da Carreira de Finanças e Controle. Entre os compromissos ainda pendentes estão o envio ao Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição que fortalece institucionalmente a CGU (PEC-CGU) e a apresentação do projeto de Lei Orgânica da Controladoria-Geral da União. A morosidade em honrar esses compromissos prejudica os servidores e contribui para o enfraquecimento das políticas de combate à corrupção e de promoção da integridade, em um contexto no qual também permanece sem solução a defasagem remuneratória enfrentada pela carreira.

O fortalecimento da estrutura de Estado responsável pelo controle interno exige valorização institucional, condições adequadas de trabalho e reconhecimento do papel estratégico das carreiras que executam essas atribuições.

O Unacon Sindical reafirma seu compromisso com a defesa da CGU como instituição de Estado e com a valorização de seus servidores, responsáveis por garantir a continuidade e a credibilidade das atividades de controle e combate à corrupção no país.

Ministros e governos passam. Os Auditores e Técnicos da CGU ficam e sempre irão combater a corrupção.

**Unacon Sindical**

***Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle***